



USI
UNIÃO DOS SINDICATOS
INDEPENDENTES

www.usi.pt

Nº 6 Fevereiro 2015

O FORUM

JORNAL DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS INDEPENDENTES

ÍNDICE

- 02 Editorial:
O Sindicalismo
Independente
- 03 Toda a actividade
da FSB merece
o nosso aplauso
- 04 O Futuro do
Sindicalismo
passa pela
independência
partidária
- 05 USI com
renovadas
esperanças
de entrar no CES
- 06 USI participa em
conferência sobre
tributação fiscal
promovida
pela CESI
- 07 Poupar para
o futuro

Sindicalismo Independente Precisa-se!



Afonso Pires Diz
Coordenador da USI

O SINDICALISMO INDEPENDENTE

Numa época de crise, como a que atravessamos, não é possível deixar o sindicalismo independente sem uma pertinente análise.

Não sabemos o que o Governo tem guardado para a política laboral, mas o que é de todo perceptível, não é nada de substancial. Há uma política imposta pela Troika, que tem levado os trabalhadores a reduzirem os seus salários, a perderem os seus poderes de compra, para tornarem as nossas exportações mais competitivas...

Igualmente o desemprego tem crescido e a criação de postos de trabalho não chega para equilibrar o balanço laboral. Embora a balança de pagamentos tenha dado alguns motivos para que se possa sorrir, a verdade é que os números da nossa economia estão longe da tranquilidade desejada. Não é um mar de rosas – longe disso – mas também não há motivos para que possamos respirar descansados.

Num país democrático o papel do CES é devidamente valorizado. Não há paz sem diálogo social.

É evidente que o nosso CES, que deveria ser um senado de gente capaz e sensata, não nos tranquiliza. E é por isso que ansiamos pela altura em que a USI poderá fazer ouvir a sua voz com vista a amenizar as hostes dos que trabalham.

Dizer que tudo está mal é pura demagogia. Não menos demagógico é, todavia, dizer que tudo está bem, que é tudo um jardim com flores. Que

haja alguém que ponha as mãos no fogo e diga que os trabalhadores estão com o seu poder de compra arrasado ou debilitado.

É isto que faz falta.

Não vale a pena bramir contra as desgraças e tempestades! Mas que a sensatez anda distraída também é verdade...

Enquanto a USI não for admitida no CES, Portugal está coxo e a democracia está totalmente à mercê dos interesses instalados!





TODA A ACTIVIDADE DA FSB MERECE O “NOSSO APLAUSO”

...As coisas nem sempre correm como seria desejável, mas isso acontece em todas as instituições e sobretudo naquelas em que mais se trabalha...

O Dr. Agostinho Homem é Curador da Fundação Social Bancária. Há quanto tempo?

Sou curador, se não estou em erro, desde finais de 2010.

Como surge a sua ligação com esta Instituição?

A minha ligação à Instituição nasce de um convite que me foi dirigido pelos Drs. Esteves Saloio e Afonso Diz. Elucidaram-me sobre a essência da Fundação, sobre os seus objectivos e apontaram-me também alguns nomes que poderiam eventualmente integrar o Conselho de Curadores. Perante esses dados, ou seja, informado sobre o que seria a actividade da Fundação e conhecidos alguns dos nomes das pessoas já convidadas ou a convidar, quase não hesitei em aceitar tão honroso convite. Coloquei apenas uma condição: não aceitar qualquer remuneração pelo exercício da actividade de Curador.

Tem acompanhado regularmente a sua actividade?

Tenho, de facto, acompanhado, na medida do possível, o trabalho desenvolvido pela Fundação, quer através dos relatos feitos pelo Presidente do Conselho de Administração nas reuniões, quer através de conversas informais tidas com outros membros dos corpos sociais, designadamente com o Dr. Esteves Saloio. Sei que as coisas nem sempre correm como seria desejável, mas isso acontece em todas as instituições e sobretudo naquelas em que mais se trabalha.

O que é que acha dos seus objectivos?

Os objectivos enunciados no artigo 2º dos Estatutos não permitem qualquer dúvida sobre a sua natureza. O desenvolvimento de actividades no âmbito da política social com vista à protecção dos seus associados em situações difíceis, a solidariedade para com estes e seus familiares, a melhoria das condições de vida de grupos sociais carenciados, bem como o trabalho a desenvolver

nas áreas da saúde, formação e cultura, tudo isto não pode, na verdade, deixar de merecer e exigir até o nosso aplauso. Além de que tais objectivos demonstram ainda que a Fundação não se preocupa apenas com os seus associados, levando a sua actividade para fora de portas se e quando isso se justificar.

Qual a sua opinião sobre o desempenho da Segurança Social e da Presidência do Conselho de Ministros relativamente a este processo?

A Segurança Social e a Presidência do Conselho de Ministros lidam com centenas, para não dizermos milhares, de instituições semelhantes. E há sempre, como não podia deixar de ser, outras tantas queixas sobre a falta de apoios e incompreensões da parte do Governo. Creio que a Fundação saberá ultrapassar os obstáculos que forem surgindo pelo caminho.

E, ainda relativamente ao processo, qual a sua opinião sobre o papel desempenhado pelo Ministério Público?

Quanto ao Ministério Público, convém não perder de vista que esta magistratura actua no cumprimento e fiscalização da legalidade democrática, tal como lhe impõe a Constituição da República e a sua Lei Orgânica. Tem de haver, pois, da parte da Fundação o zelo e a preocupação em não se desviar da estrita legalidade e ainda em usar os meios legais com vista à prossecução dos seus fins. Se proceder deste modo, fica garantido que não haverá impedimentos de qualquer espécie à realização dos seus fins. E se acontecer que o Ministério Público ou outra autoridade judiciária venha colocar entraves a essa realização, haverá sempre a possibilidade de impugnar as suas decisões. Espero sinceramente que isso não venha a acontecer e que os órgãos fiscalizadores, em situações duvidosas, tenham em consideração, fundamentalmente, os nobres objectivos da Fundação.

Um beirão ao serviço da Justiça

Natural da Guarda (Aldeia Viçosa), Agostinho Homem frequentou o Seminário Menor desta Diocese, ingressando, após a conclusão do ensino secundário, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Exerceu o cargo de Procurador da República em várias comarcas do País, foi Auditor Jurídico no Ministério da Justiça e Chefe de Gabinete do Ministro, Director-Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Procurador-Geral Adjunto no Supremo Tribunal de Justiça e Vice-Procurador Geral da República.



O FUTURO DO SINDICALISMO PASSA PELA INDEPENDÊNCIA PARTIDÁRIA

Numa altura em que o papel dos sindicatos é mais premente, tem-se assistido, paradoxalmente, à desvinculação sindical.

Portugal, nota Jorge Oliveira, presidente da ASSIFECO – Associação Sindical Independente dos Ferroviários da Carreira Comercial, tem uma percentagem de trabalhadores sindicalizados muito inferior aos países nórdicos, como é o caso da Suécia. “A adesão dos trabalhadores aos sindicatos é muito baixo e neste contexto de crise há também quem saia por motivos económicos. Outros talvez saiam por motivos ideológicos ou porque deixaram de acreditar no sindicalismo”, reflecte Jorge Oliveira.

“O principal problema, sublinha, é que sem força os sindicatos vêem o seu poder de reivindicação limitado”.

“Por exemplo, quando começou a crise e as pessoas passaram a restringir o uso do veículo particular era altura de se investir nos transportes públicos. Mas a verdade, é que em vez de aumentarmos a oferta diminuimo-la, pelo menos nas áreas urbanas. É um contra-senso, quando há um apelo claro para o uso do transporte público”, observa, adiantando que “os orçamentos de Estado têm vindo progressivamente a diminuir o valor das compensações para as empresas de transportes”.

O dirigente sindical critica sobretudo a falta de estratégia no sector, que, como refere, é o que melhor conhece: “Se há discussão que já se devia ter feito neste país - há muito tempo - é sobre o sector dos transportes. Não faz sentido que se assista, sucessivamente, ao investimento e desinvestimento nos transportes públicos. Falta uma estratégia e um pacto de entendimento entre os vários partidos relativamente ao sector”.

“No caso da ferrovia, verifica-se um investimento em toda a Europa, menos em Portugal. A partir de 2020 vamos ficar

isolados, porque Espanha está a mudar a bitola ibérica [distância entre os carris] para a bitola europeia e Portugal não. No nosso país ainda nem se discute esse tipo de investimentos”, lamenta.

“Sabemos que há prioridades de investimento e que as mercadorias por transporte ferroviário é uma das prioridades do Governo, mas na prática não se vislumbra uma estratégia”, acrescenta. Jorge Oliveira considera que a aposta na alta velocidade, tipo TGV, não tem lógica num país com a dimensão de Portugal – “os Alfas chegam perfeitamente para as necessidades do país”, defende –, mas concorda com uma linha rápida para ligação à Europa para mercadorias e passageiros.

O dirigente da ASSIFECO acredita que é possível o reforço do poder do sindicalismo em Portugal, tendo apelado à sindicalização dos trabalhadores. “Considero que o futuro tem de passar pela maior adesão das pessoas aos sindicatos. É preciso que dêem força aos sindicatos, mas para isso os sindicatos também têm de deixar de ser instrumentos dos partidos. Têm de ter força para ‘separarem as águas’. Daí acreditar mais no sindicalismo americano, que é um sindicalismo de protecção da classe. Julgo que a intromissão partidária desvaloriza a acção dos sindicatos”, comenta Jorge Oliveira.

Na linha de orientação da USI, a ASSIFECO, relata o dirigente, privilegia a negociação e o estabelecimento de acordos, sendo a greve o último recurso na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Jorge Oliveira

Presidente da ASSIFECO





USI COM “RENOVADAS ESPERANÇAS” DE ENTRAR NO CES

Segundo este dirigente, a crise conjuntural dos últimos anos tem-se reflectido no enfraquecimento do movimento sindical, razão por que a entrada no CES se reveste, mais do que nunca, da maior importância. “Pela minha experiência de dirigente sindical, de há três ou quatro anos para cá os sindicatos têm-se ressentido, porque estão a perder o poder reivindicativo perante o poder político, o que provoca grande desmotivação dos trabalhadores”.

Manuel Lopes está, porém, optimista quanto ao futuro do movimento sindical, dado que, salienta, após um período em que o saldo entre a entrada e saída de sócios era negativo, assiste-se a uma fase de normalização. “A partir do segundo semestre de 2014 a situação começou a estabilizar-se. Ou seja, já não há tantos sócios a sair e inclusivamente temos conseguido um equilíbrio com a entrada dos novos sócios”, exemplifica com satisfação.

“É evidente que houve factores que contribuíram para esta situação, como a perda salarial, o actual estatuto de aposentação na função pública, a perda de direitos na ADSE... Os trabalhadores sentem-se lesados e questionam o papel dos sindicatos”, comenta.

O dirigente sindical acredita que o pior já passou e que a perspectiva de melhoria das condições de vida dos trabalhadores se começará a fazer sentir em breve.

“Estou convencido que isto são ciclos. Tudo isto está relacionado com o poder político e com a intervenção da Troika no país. Basta haver um novo ciclo político, com abertura em termos de conquista de algumas regalias por parte dos trabalhadores, para a situação melhorar... Não podemos ter conquistas como as que se verificaram no pós 25 de Abril, mas com a inversão da situação política pode haver espaço para algumas cedências. É uma situação para a qual já se começa a verificar alguma abertura”, acrescenta Manuel Lopes.

Manuel Lopes,
Presidente da ASPAS

A entrada da USI no CES (Conselho Económico e Social) é essencial para a afirmação da confederação sindical independente a nível interno.

A par do poder reivindicativo, Manuel Lopes, presidente da ASPAS – Associação Sindical do Pessoal Administrativo da Saúde, destaca que a presença na plataforma de concertação social confere uma outra visibilidade pública aos sindicatos filiados na USI.

Esta é já uma demanda antiga da USI, que o dirigente sindical considera ser um imperativo “constitucional”. “Estamos há anos à espera de entrar no CES. É um direito constitucional que nos assiste, mas o certo é que as outras centrais sindicais fazem boicote à USI para esta central não entrar. Agora há renovadas esperanças” de se conseguir ultrapassar as diversas forças de bloqueio, nota Manuel Lopes.

Pese embora a “fase complicada” que o país (ainda) vive, o dirigente frisa que a ASPAS continua a lutar pelos direitos dos trabalhadores da classe. Exemplo disso são as negociações para estabelecimento do Acordo de Trabalho para os Hospitais EPE (Entidades Públicas Empresariais), que representará uma importante conquista para os trabalhadores com contrato neste tipo de unidades hospitalares.

“Este processo já se arrasta há cerca de 10 anos, mas estamos na recta final das negociações”, refere, adiantando que a ASPAS está representada pela USI.



USI PARTICIPA EM CONFERÊNCIA SOBRE TRIBUTAÇÃO FISCAL PROMOVIDA PELA CESI

António Angelino, presidente do SNAQ - Sindicato Nacional de Quadros Técnicos - representou a USI - União dos Sindicatos Independentes na mais recente conferência da CESI – Confederação Europeia de Sindicatos Independentes - que se realizou nos dias 9 e 10 de Outubro. O seminário, que decorreu em Bruxelas (Bélgica), abordou os diversos sistemas tributários na Europa.

De acordo com o dirigente português, a evasão e a fraude fiscal foram os temas que suscitaram o maior debate.

“A União Europeia vive uma situação sem precedentes” a nível fiscal, na medida em que, comenta António Angelino, “são cada vez mais sofisticados os procedimentos que visam a fraude e evasão fiscais”. A organização internacional não-governamental Oxfam estima em 14 biliões de euros o dinheiro ocultado em paraísos fiscais espalhados pelo mundo (dados de 2013), o que equivale a uma perda de receita fiscal na ordem dos 120 mil milhões de euros.

Contrariamente ao que seria expectável, e atendendo em concreto ao contexto português, a máquina fiscal “depende cada vez mais de terceiros” para detectar a fuga aos impostos. “Os trabalhadores são trocados por máquinas que não conseguem interpretar normas, nem detectar o trabalhador clandestino, que não é declarado. É com pessoas no terreno que se consegue evitar isto”, nota o sindicalista.

A harmonização fiscal no espaço da UE (União Europeia) foi a ideia preconizada para promover uma maior equidade fiscal e desincentivar a fraude e evasão fiscais a nível europeu.

O IVA (Imposto de Valor Acrescentado) é um dos exemplos paradigmáticos de disparidade entre os 28 países da UE, sendo que o Tribunal Europeu de Justiça já emitiu 70 sentenças relativas à interpretação das normas deste imposto.

Apesar da União de Estados ser uma união de estados, a UE não tem uma política fiscal comum, o que origina desigualdades fiscais, como as que ficaram recentemente conhecidas no caso chamado “LuxLeaks” – que se tornou público na sequência da revelação de benefícios fiscais concedidos pelo Luxemburgo a centenas de multinacionais quando o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, era primeiro-ministro do Grão-Ducado.

“Os sindicatos têm de ser os primeiros a denunciar este sistema e a reivindicar a defesa dos trabalhadores e do crescimento económico”, sublinha o dirigente sindical.

As desigualdades fiscais decorrem, aponta António Angelino, do facto de “cada país ter autonomia ao nível dos impostos”. “Na minha óptica para haver cada vez menos fraude e maior equidade em cada Estado deve-se apostar na fiscalização e harmonização tributária”.

Desta forma, argumenta, evitava-se a mudança de residência por questões fiscais dentro da UE, por parte dos cidadãos, e, por outro lado, estimulava-se a fixação das entidades empresariais nos diversos países europeus. “No que respeita às empresas deve-se ainda pensar nos trabalhadores. Estes são a sua principal mais-valia, pelo que se deve também ter em conta o seu bem-estar nas empresas. O aumento de produtividade decorre do ‘casamento’ perfeito entre os trabalhadores e as próprias empresas”, adverte António Angelino.

O representante da USI reconhece que a harmonização “tem de ser feita a diversos níveis”, a começar pela implementação de “um sistema fiscal em sede de IVA, tributado de forma equitativa e igual”. “Vivemos numa união, mas, na minha opinião, era mais vantajoso sermos uma federação, com uma política económica e justiça unas e perceptíveis”, defende.

“Ainda há muito a fazer e os próprios sindicatos não podem trabalhar sozinhos. Têm de trabalhar numa frente sindical. Por exemplo, a USI, através da CESI, consegue fazer com que as suas preocupações sejam ouvidas” nas mais altas instâncias europeias, remata, considerando a conferência “muito enriquecedora”.

São vários os Estados-Membros que têm actualmente em vigor regimes com benefícios fiscais tendentes a atrair multinacionais, entre os quais se destacam a Holanda e Irlanda.

A Comissão Europeia decidiu em Junho passado, ainda sob a presidência de Durão Barroso, investigar este tipo de regimes, para averiguar se se configuram ajudas de Estado ilegais.

António Angelino
Presidente do SNAQ

POUPAR PARA O FUTURO

Pensar no bem-estar financeiro a longo prazo não é, porventura, um dos pontos fortes dos portugueses.

O reduzido poder de compra e as dificuldades do dia-a-dia são, com certeza, alguns dos factores que contribuem para o adiamento de algo que a esmagadora maioria até reconhece como necessário e essencial.

A incerteza inerente aos rendimentos providenciados pelo Estado, a médio e longo prazo, deveria funcionar como catalisador para a constituição de “almofadas financeiras”, com vista a manter a qualidade de vida dos cidadãos na chamada juventude dourada.

Quiçá, estimulado pela própria crise económico-financeira, o indicador de poupança nacional registou nos últimos meses, uma (ténue) melhoria.

Segundo um estudo da APFIPP (Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios) e da Universidade Católica, o indicador de poupança voltou a subir em Outubro, face ao mês anterior.

Apesar de a subida ter sido reduzida face a Setembro – o aumento do indicador face a Setembro foi marginal, já que a diferença registada é de apenas 0,6 pontos –, este é já o sexto aumento consecutivo, com o indicador a renovar máximos de 2003.

Apesar de a tendência de crescimento ter abrandado, o indicador renovou máximos de 11 anos.

A tendência de subida, iniciada em Maio, é positiva e encorajadora, mas insuficiente.

Há que continuar a sensibilizar a opinião pública e os actores políticos para a importância de se fomentar a poupança e, por inerência, a constituição de complementos de reforma, como seja PPR e Fundos de Pensões, instrumentos financeiros que potenciam a rendibilidade das poupanças.

A USI, que a par do SNQTB é accionista de referência da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensão SA - está em condições privilegiadas para difundir entre os sindicatos filiados e seus associados os Fundos de Pensões e PPR's da SGF.



De salientar que a SGF tem, em parceria com a MIS – Mediação Independente de Seguros, Lda, que é a mediadora de seguros do SNQTB (90%) e da USI (10%), um Plano Poupança que assenta na comercialização de dois Fundos de Pensões, o PPR SGF Acções Dinâmico e o PPR SGF Garantido, sendo que este último foi considerado, pela Deco Proteste, a “Escolha Certa”.

Dada a volatilidade dos mercados é sempre bom ter “uma tábua de salvação”, sendo “náufragos” num mar tão encapelado, como são os mercados financeiros, tornam-se seguros os “náufragos” que se agarrem a algo que os faça sobreviver. É esse o papel dos Fundos de Pensões.

Foi por esse motivo que o SNQTB constituiu o seu Fundo de Pensões Complementar de Reforma Específico. Como seria bom que os demais Sindicatos da USI constituíssem os seus!

Não querendo enfastiar ninguém, queremos apenas lembrar aquela que é uma virtude sindical: consciencializar os nossos associados para a necessidade de constituírem para si e para as suas famílias PPR's, salvaguardando, assim, o seu futuro.



**OS IMPOSTOS SÃO O SUSTENTO DA POLÍTICA FISCAL.
ESTÁ ATENTO E AJUDA O TEU PAÍS!**

INSCREVE-TE NOS SINDICATOS DA USI
UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES

Av. Miguel Bombarda, 56 - 2º Esq. - 1050-166 LISBOA Tel./Fax: 21 796 35 83 e-mail: usi@usi.pt www.usi.pt

Plano Poupança MIS/SGF

Para
subscrever um
Plano Poupança
MIS/SGF,
consulte um
colaborador
MIS



**Um Plano
a pensar
em Si!**